

## GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

# Novos rumos da Revolução Cubana e o contexto da "atualização do socialismo"

**Julian Araujo Brito\***

**Resumo:** Este artigo pretende analisar o contexto das recentes transformações no projeto socialista cubano, a partir da ascensão de Raul Castro ao poder e da aprovação das reformas econômicas no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba. Inicialmente elas aparecem como uma maior liberalização da economia, cedendo espaços aos mecanismos de mercado e à iniciativa privada, entretanto sem abrir mão do planejamento e do controle estatal. Com o objetivo de compreender as razões que levaram a estas proposições, buscaremos abordar alguns aspectos políticos e econômicos que contribuíram para a emergência do que está sendo chamado de "atualização do socialismo", o qual constitui uma estratégia decisiva para a transição geracional em curso na cúpula do poder cubano.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana; socialismo; reformas econômicas.

### Introdução

Novamente a atenção mundial se volta a Cuba. Depois do afastamento de Fidel Castro e a ascensão de Raul Castro à presidência, agora o alvo é o processo reformista em curso, internamente denominado de "atualização do socialismo". Este aparece inicialmente como uma reforma dos mecanismos de gestão e direção da economia, das relações de propriedade e, portanto constituem uma tentativa de reforma econômica mais ampla. Ou seja, seu objetivo é dinamizar e modernizar a economia nacional, retirando possíveis travas anacrônicas que estavam impedindo o desenvolvimento do país. Além disso, inserem-se num contexto de

---

\* Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da UERJ. Bolsista do CNPq. Email: julian\_araujo9@hotmail.com

dificuldades estruturais (do sistema cubano) e conjunturais (crise financeira internacional e suas consequências).

Por um lado, segundo os dirigentes, não se abre mão do conteúdo socialista do sistema, que se expressa no predomínio da propriedade pública dos meios de produção – meios de produção fundamentais estatais, empresas mistas e cooperativas - e do planejamento central de um setor da economia ainda majoritário. Por outro lado, a transformação fundamental é o do reconhecimento do mercado enquanto um mecanismo de alocação que deverá ser levado em conta pela direção da economia – respeitando suas dinâmicas e ao mesmo tempo procurando controlá-lo. Consequentemente, busca-se a retração de funções econômicas diretas sob responsabilidade do Estado, implicando a abertura de setores à iniciativa privada (e logo, deverá surgir uma pequena burguesia mais numerosa), às cooperativas e arrendatários, enfim pela criação de um setor mais amplo que está sendo chamado “não-estatal”<sup>1</sup>.

O processo em curso vem chamando atenção, sobretudo, pela emergência de alguns sinais que podem ser considerados uma novidade no contexto político do país. Em primeiro lugar, a emergência de um discurso oficial crítico, especialmente de Raul Castro, reconhecendo as falhas do sistema e advogando a necessidade de “reformas estruturais”, em boa medida já antecipado por um famoso discurso de Fidel Castro em 2005. As principais críticas são remetidas ao “paternalismo estatal” e à “inércia individual”, produzidas historicamente por um ordenamento econômico fortemente centralizado e estatizado no qual os cidadãos esperavam, na maioria das vezes, as soluções vindas de cima; ao “igualitarismo” que, por sua vez, nivela por baixo as condições de vida dos cubanos mediante inúmeras “gratuidades e subsídios”; à ineficiência econômica que se desdobra em baixa produtividade, escassez de produtos, corrupção, descontrole administrativo nas empresas estatais etc.

Em segundo lugar, após o esfacelamento da União Soviética (URSS) os dirigentes cubanos enfatizaram os efeitos do bloqueio econômico norte-americano como a causa principal das extremas dificuldades econômicas do país. No entanto, agora, admitiu-se que este é apenas um problema, e que o sistema econômico possui deformações intrínsecas que estariam obstaculizando o desenvolvimento. Ainda que permaneçam as sanções econômicas, o foco no “inimigo externo” parece deixar de ser a preocupação central, voltando a atenção

---

<sup>1</sup>Estas medidas estão contidas no documento “*Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*”.

para o enfrentamento das questões internas mais prementes, que afetam a vida cotidiana da população.

Em terceiro lugar chama atenção por uma abordagem política diferente de outros momentos reformistas da revolução (MESA-LAGO, 2012). O sistema que se considerou socialista, de matriz soviética, que Cuba havia adotado durante o período revolucionário (especialmente a partir dos anos 1970), baseava-se na quase completa estatização dos meios de produção, em forte centralização administrativa, e no planejamento estatal como forma de coordenação econômica. Durante a primeira metade dos anos 90 a liderança cubana recorreu a uma controlada abertura vista muito mais com caráter emergencial, basicamente como uma imposição das circunstâncias, e não como uma estratégia reformista mais ampla. O êxito do projeto atual, de outro modo, afigura-se como estratégico não só em vista da conjuntura econômica que afeta o país, mas sobretudo pela sustentabilidade futura do poder revolucionário.

A ascensão de Raul Castro deu início a um dos debates mais críticos na história recente de Cuba, podendo ser entendido como uma tentativa de superar um falso dilema que vigorou durante algum tempo entre reforma e revolução. No início dos anos 1990 o governo evitou o termo "reforma" para as medidas de combate à crise econômica, uma vez que identificava a reforma do socialismo com "revisionismo" e, portanto, como a porta de entrada de uma transição capitalista. Em parte isto ser visto como uma reação às transformações que estavam ocorrendo no Leste Europeu<sup>2</sup>. Nos últimos anos, contudo, a Revolução Cubana parece estar transitando a uma nova etapa do seu processo histórico, pondo fim ao imobilismo e aprovando um programa ambicioso (e polêmico) de reformas econômicas, que apareceram no documento "*Lineamientos de la política económica y social del Partido y La Revolución*" discutido no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC) em 2011.

Sem pretensões de esgotar o tema e ciente das limitações deste artigo, nosso objetivo é analisar a emergência deste processo dentro de um quadro econômico e político mais amplo. Ou seja, o momento que se abriu após a guerra-fria foi especialmente desfavorável às experiências de transição socialista, tendo Cuba mergulhado em profunda crise, pondo à prova a lealdade do povo cubano à direção do país (PCC e Governo). Passado o momento mais difícil, agora a Revolução Cubana experimenta uma transição geracional que deverá renovar a camada dirigente, sem os líderes históricos como Fidel e Raul Castro, abrindo um

---

<sup>2</sup>A Glasnost e a Perestroica desdobraram-se na derrocada completa daqueles sistemas.

cenário político novo e, portanto, incerto<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, a América Latina passou por uma mudança na correlação de forças nos governos nacionais, e abriu espaços para novas experiências de esquerda na região.

### A crise do “socialismo realmente existente” e o “Período Especial” em Cuba

A desagregação dos Estados autodenominados “comunistas” no Leste Europeu, na virada para os anos 1990, intensificou uma crise na esquerda de orientação socialista de amplas proporções. O debate acerca do fracasso da revolução no ocidente já vinha de muito tempo, entretanto a crise do “comunismo marxista-leninista” foi tão grave que o historiador Robin Blackburn (1993) afirmou que este já era incapaz de constituir uma alternativa aceitável ao capitalismo, chegando a comprometer a própria ideia de socialismo. Na esteira do desmoronamento daqueles regimes, o socialismo identificado como a economia centralmente planejada e a estatização dos meios de produção passou a ser encarado como um fracasso histórico frente às modificações na dinâmica econômica global, fadado à estagnação, à ineficiência e obsolescência produtiva. Os países do Leste Europeu que vinham no rumo reformista da Glasnost e Perestroika, menos por razões de mera eficiência econômica do que razões políticas mais complexas, foram conduzidos a uma ruptura sistêmica em que prevaleceram as soluções ultraliberalizantes – ‘terapia de choque’ - selando a transição radicalizada à economia de mercado. As próprias antigas elites dirigentes abandonaram qualquer menção ao socialismo, e não se contentando em por abaixo todo aquele ordenamento institucional, criou-se um atmosfera ideológica marcadamente anti-comunista.

Ainda que este fenômeno de enorme transcendência tenha impactado a geopolítica mundial e o pensamento de esquerda, não se verificou o mesmo processo em outros países onde ainda subsistiam Partidos Comunistas no poder, como Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte. Entre eles havia o traço comum de que seus regimes haviam emergido de autênticas revoluções nacionais em que a opção socialista não fora uma imposição externa. Mesmo assim a necessidade de renovação atingia a todos, conforme salientou Blackburn:

*“(…) Sobrevivem regimes que se autodenominam comunistas ou socialistas, mas apesar das realizações que lhes podem ser atribuídas (como, por exemplo, o que foi feito em Cuba nas áreas de saúde e educação), é fora de dúvida que também esses regimes precisam ser*

---

<sup>3</sup>Com essa afirmação não é nossa intenção reduzir o processo revolucionário aos desejos de seus líderes, senão atentar para o alto poder de coesão da ‘geração histórica’ na condução do país. Em seu discurso de posse para o quinquênio 2013-2017 Raul Castro afirmou que este será seu último período à frente do país.

*renovados e reorientados de modo mais completo, que vise não apenas a criar uma cultura e uma organização política mais genuinamente democrática, como também a descortinar um modelo econômico novo e viável.*" (BLACKBURN, 1993 P. 107).

China e Vietnã já haviam iniciado reformas que reordenaram a estrutura econômica, respectivamente a partir de 1978 e 1986, apostando em uma economia mista, com forte presença do mercado, investimentos estrangeiros e dispostas à competição no mercado global (MONIZ BANDEIRA, 2009). A Coreia do Norte, por sua vez, optou pelo fechamento obscurantista, adotando o militarismo como estratégia de sobrevivência, o que culminou praticamente no seu isolamento internacional.

No caso específico de Cuba, apesar da originalidade de sua revolução de libertação nacional e das tentativas de construir um socialismo autóctone nos anos 1960, a década seguinte marca sua adesão institucional aos padrões do sistema soviético (VALDÉS PAZ, 2009). A ordem econômica era caracterizada por praticamente absoluta estatização dos meios de produção (apenas permaneceu uma parcela muito pequena de proprietários agrícolas familiares); planificação centralizada; planos quinquenais; mecanismos mercantis restritos. A entrada no CAME (Conselho de ajuda Mutua Econômica) no início da década impôs a adaptação institucional de Cuba aos mecanismos vigentes no Leste Europeu com vistas a facilitar sua integração ao Bloco Socialista (AYERBE, 2004).

Certo é que em Cuba, até 1990, configurou-se um sistema que poderíamos considerar como o *socialismo realmente existente* em sua versão cubana. De um lado, fortemente influenciado pelo modelo soviético e suas vicissitudes burocráticas, tais como: relação hierárquica entre Estado e sociedade (o poder emana, essencialmente, de cima para baixo), fusão entre Partido único e Estado, excessiva centralização político-administrativa etc. De outro lado, as particularidades do seu regime advém da marca nacionalista da Revolução Cubana, que buscou conjugar a busca da independência e soberania nacional à opção socialista, frente a permanente agressão dos Estados Unidos (EUA) (FERNANDES, 2007).

Ainda que Cuba tivesse alcançado razoável bem-estar na década de 1980, sua economia altamente dependente do Bloco Socialista mergulhou numa crise sem precedentes quando a ajuda se extinguiu, no início dos anos 1990. Foi quando Fidel Castro proclamou o início de um "Período Especial"<sup>4</sup> em Cuba. Diferentemente daqueles regimes, a liderança

---

<sup>4</sup>O chamado "*Período Especial en Tiempos de Paz*" foi expressão utilizada pelo governo cubano para designar o novo momento do país após a queda do muro de Berlim e a desapareção do Bloco Socialista. Segundo o economista cubano Julio Carranza, entre 1990 e 1993, o Produto Interno Bruto sofreu uma retração de 32% e as importações diminuíram 76%.

cubana estava disposta a preservar a orientação socialista em um cenário amplamente desfavorável apostando em concessões pragmáticas, tais como abertura restrita e controlada de sua economia<sup>5</sup>. O momento era crítico e pairavam muitas dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência da revolução. Ou seja, aquele modelo poderia permanecer nos marcos de um só país, sem os apoios externos de outrora? Era possível manter um sistema de partido único e economia estatal, em um contexto mundial em que o neoliberalismo alcançou hegemonia nos governos da América Latina e do Leste Europeu? Não se deve esquecer, entretanto, que um fator problematizador seguia sendo a hostilidade norte-americana, que de forma mais intensa, pressionava por mudanças no regime cubano. Em suma, o que estava em jogo era a sua capacidade de se inserir em um novo contexto global, diferente do qual foi consolidada a revolução e o seu ideário socialista (SALAZAR, 1992).

Ainda que pese o bloqueio norte-americano, a crise evidenciou que o sistema econômico sequer conseguia reproduzir-se sem a ajuda externa (DILLA, 2007). Embora o governo relutasse em aceitar a necessidade de reformas, principalmente quanto aos mecanismos de mercado, a estratégia adotada foi a exploração do potencial turístico de Cuba, abertura gradual da economia ao capital estrangeiro – mediante a associação do Estado com empresas de origem europeia, canadense e mexicana – e autorização para o trabalho autônomo. Além disso, deveria preservar as “conquistas do socialismo” especialmente os sistemas de saúde e educação, gratuitos e universais. Neste sentido Gott (2006) ressaltou que:

*Os burocratas cubanos pensaram inicialmente que poderiam reformar o setor externo sem fazer mudanças internas drásticas – apoiando o capitalismo no estrangeiro, mas o socialismo dentro de casa. Queriam um enclave isolado de investimento estrangeiro e turismo que produzisse as divisas necessárias para manter a estrutura social sem mudanças (Gott, 2006 p.326).*

Frente a esta ilusão, entre 1990 e 1994, uma série de medidas governamentais iniciou a liberalização da economia cubana (GOTT, 2006). Em grande parte aquela estratégia de superação da crise obteve êxito, e em passos lentos a partir de 1994 uma frágil recuperação havia começado. Toda a economia foi aberta ao investimento externo, exceto os setores militares e os sistemas de saúde e educação. Além disso, a reforma constitucional de 1992 retirou o “caráter irreversível” da “propriedade estatal socialista”, admitindo outras formas de propriedade em detrimento da quase total estatização existente, legalizando a propriedade privada, mista e cooperativa. Por fim, instituiu emendas para incentivar e facilitar o

---

<sup>5</sup>Foi o que de fato deu a entender o debate realizado em torno do IV Congresso do PCC em 1991.

investimento estrangeiro. Entretanto, estas medidas não conduziram à privatização e tampouco a mercantilização generalizada da economia interna, no máximo foram permitidas algumas atividades de trabalho autônomas e pequenos negócios familiares.

O impacto da crise e das reformas gerou fortes desequilíbrios macroeconômicos, em boa medida ainda não solucionados. A falta de oferta na rede de comercialização estatal gerou um grande crescimento do mercado informal ("mercado negro"), ao qual a população recorria para complementar a cesta básica, uma vez que a caderneta de racionamento (a "libreta") não supria as necessidades mensais de uma família. Por outro lado, os desequilíbrios levaram a uma crise cambial extrema, verificada pela alta desvalorização do Peso cubano (CUP) frente ao dólar. Nesta conjuntura legalizou-se a posse do dólar em Cuba, criando dois setores na economia, que por sua vez operam em dinâmicas e moedas diferentes<sup>6</sup> (área peso e área dólar). Esta medida, por sua vez, levou ao desestímulo do trabalho formal como meio para obtenção de renda já que este operava em moeda desvalorizada. Consequentemente, grande parte da população passou a recorrer ao intercâmbio no mercado informal, não apenas de alimentos, em que consumidores e vendedores se apropriam de mercadorias do Estado - com frequência através do roubo e desvios -, cujas possibilidades de obtenção de moeda forte são maiores (CARRANZA, 2002).

Com efeito, aquela abertura refletia a crise de uma concepção socialista – herdeira do marxismo-leninismo soviético – centrada no predomínio e no protagonismo do Estado na vida social. Muito embora o regime cubano tenha sobrevivido após o fim da URSS, Moniz Bandeira (2009) percebeu neste processo o desmantelamento parcial do *socialismo real*, cujas reformas apontavam timidamente para um sistema do tipo capitalismo de Estado, análogo a experiência chinesa e vietnamita. Entretanto, outros estudiosos como Mesa Lago (2009) e Alonso (2008; 2011) destacaram que as reformas foram insuficientes, não atacaram o problema da concentração e centralização das funções estatais, e por conseguinte, não foram capazes de apontar para uma superação de um "modelo socialista estatal".

### **A encruzilhada da Revolução Cubana**

Durante a década de 1990 a economia cubana havia se tornado extremamente complexa em seu funcionamento, acumulando problemas derivados de cenários anteriores a

---

<sup>6</sup>Em 2004 o Dólar deu lugar ao Peso Cubano Conversível (CUC), que equivale à divisa.

1989, da perda dos parceiros do Bloco Socialista, do bloqueio econômico dos EUA e dos efeitos das medidas de contenção da crise. Os principais deles são: baixa produtividade da economia (sobretudo na agricultura, obrigando o país a importar a maioria dos alimentos consumidos); dupla circulação monetária e conseqüentemente aumento da desigualdade de renda; falho sistema de incentivos (o baixo nivelamento salarial tem sido insuficiente para suprir as necessidades básicas da população); crescente 'mercado negro' que torna a corrupção e o desvio de recursos públicos uma prática generalizada.

Em 2005 Fidel Castro fez um discurso surpreendente na Universidade de Havana em que discutiu a reversibilidade de um processo revolucionário, colocando a possibilidade de derrota da Revolução e reversão do socialismo em Cuba, não por razões externas - os cubanos já tinham dado mostras da fortaleza política da Revolução Cubana quando o inimigo eram os EUA -, senão por erros próprios, chamando atenção para a corrupção e as novas desigualdades que surgiam. E neste mesmo discurso honestamente sentenciou:

*"Uma conclusão a que cheguei ao cabo de muitos anos, entre os muitos erros que todos cometemos, o erro mais importante foi acreditar que alguém sabia de socialismo, ou que alguém sabia como se constrói o socialismo"* (Castro, F. 2010 p. 55).

À medida que a economia foi consolidando sua recuperação, Fidel Castro colocou fim ao ímpeto reformista. Quando a Venezuela passou a fornecer altos subsídios a Cuba, a partir de 2003, iniciava-se um processo de regressão de reformas, reestatização e recentralização das funções econômicas, uma vez superada a etapa mais crítica do "Período Especial". (DILLA, 2008; MONIZ BANDEIRA, 2009; MESA-LAGO, 2009). Ou seja, para além de aspectos conjunturais, na base dos problemas que o país enfrenta estaria o fato de que o governo cubano ainda não havia conseguido superar uma concepção de socialismo estatizante, insistindo mesmo após a débacle do *socialismo real*, em práticas econômicas centralizadas e no acúmulo de funções econômicas estatais.

Incapaz de solucionar os problemas da austera vida cotidiana dos cubanos, o sistema econômico, ineficiente e desorganizado, passara a conviver com a crescente desigualdade social que emergiu<sup>7</sup>. Se durante as décadas de 1970 e 1980 o sistema foi capaz de proporcionar um crescimento econômico extensivo que se traduziu em aumento do bem-estar material, durante o "Período Especial" ficou claro que a prioridade do governo foi assegurar a

<sup>7</sup>Notadamente é visível a divisão na sociedade cubana entre os cidadãos que tem acesso a moeda estrangeira - proveniente do trabalho na atividade turística ou das remessas de familiares residentes no exterior -, e os que têm acesso somente à moeda nacional, amplamente desvalorizada.

manutenção política do regime, adiando ou postergando uma solução econômica sustentável. Enfim, diante de uma nova conjuntura e padrões produtivos globais, continuar apostando em um sistema que segue centralizado e sobrecarregado de funções econômicas diretas, parece não possibilitar os desafios de dinamização, modernização e aumento da produtividade como requer a economia cubana atual (VAZQUEZ, 2011).

A chegada de Raul Castro ao poder abriu perspectivas de uma mudança de postura no enfrentamento daqueles problemas e coincidiu com um momento decisivo nos rumos da Revolução Cubana cujo dilema tem sido: já não é possível sustentar uma concepção de socialismo herdeira do sistema soviético, uma vez que tem dado claros sinais de esgotamento de seu potencial econômico, e ao mesmo tempo predomina dentro do Partido Comunista o rechaço ao um tipo de transição capitalista que se verificou no Leste Europeu, marcada pela “terapia de choque” (privatização generalizada, corte radical de gastos estatais, liberalização dos preços etc.), como possível solução aos problemas do país.

Apenas com termos diferentes, o sociólogo cubano Aurélio Alonso (2008) ressaltou que o dilema dos cubanos é “sair do caos sem cair na lei da selva”. Em outras palavras, o sistema econômico-social deveria transitar de um modelo socialista que fracassou – recusando a ilusão das instituições liberais - para um modelo socialista viável que conjugue a justiça social com o desenvolvimento econômico. A ideia passa pela tentativa de construir algo novo em vista da experiência histórica acumulada, descartando os paradigmas do *socialismo realmente existente* e das democracias capitalistas. Este último, naturalmente, é o projeto dos EUA para Cuba, com possível perda de soberania, porém a maioria dos cubanos parece não estar disposta. Portanto, para Alonso, trata-se de repensar a transição socialista.

É neste sentido que Boaventura Sousa Santos (2009) sustenta - em um texto de título curioso: *Porque é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?* - que o desafio do envelhecido regime político cubano é passar da resistência à alternativa, e assim contribuir para a renovação necessária do pensamento de esquerda. Isto é, que incorpore mecanismos de democratização substanciais, considerando o legado da “esquerda democrática” latino-americana sem abrir mão da sua experiência histórica de transição socialista, sendo capaz de construir uma alternativa ao socialismo estatal do século XX e a um capitalismo que produz tragédias crescentes (SOUSA SANTOS, 2009).

Discutindo sobre as dificuldades práticas e teóricas de um “socialismo do século XXI”, Atilio Borón também defendeu a necessidade de renovação das concepções socialistas.

No caso de Cuba, pensando em “reformas dentro do socialismo”, sugeriu a possibilidade de um ordenamento econômico mais flexível em que convivam diferentes formas de propriedade social (cooperativas, empresas mistas associadas com o capital privado), desde que prevaleçam os meios de produção fundamentais e os recursos estratégicos estatais. Criticando as limitações do velho modelo, Borón ressaltou que:

*“a estatização total da economia é, nas condições atuais, inadequada e contraproducente. Inadequada, porque as transformações da economia mundial, dominada sem contra pesos pela lógica do capital, requerem dispor de um amplo arsenal de respostas flexíveis e ‘glocais’, quer dizer, que levem em consideração tanto o contexto global quanto o contexto local e nacional, o qual é incompatível com a rigidez, a demora, a generalidade e o enfoque eminentemente nacional do planejamento integral”.* (BORÓN 2010, p. 107)

### **A dinâmica entre política e reforma econômica**

Como discutimos acima, a não superação efetiva da crise do “Período Especial” impõe a necessidade de reformas profundas, visto que duas décadas vividas sob as dificuldades da crise econômica alterou significativamente a base de apoio à revolução. No limite, adotar apenas uma postura de conservação pode contribuir para a sua deslegitimação em um futuro não muito distante. O tema das reformas, no entanto, é politicamente muito sensível, uma vez que as medidas estão sendo conduzidas pela mesma geração de revolucionários que implantou as transformações socialistas pós-1959. Se por um lado isto implica o reconhecimento de equívocos políticos no passado, por outro lado a “liderança histórica”<sup>8</sup> ainda goza de prestígio suficiente para iniciar reformas econômicas cujas consequências, inclusive políticas, são incertas. Ou seja, sua capacidade de liderança talvez seja mais adequada para conduzir um período de transformações substantivas, com possibilidades de turbulências.

Alec Nove (1989) em sua análise dos contextos reformistas no Leste Europeu anteriores à Glasnost e Perestroika (1986) salientou que nas sociedades de tipo soviético a possibilidade de surgirem obstáculos às reformas advém de três situações: (1) a camada dirigente central adota uma postura fortemente conservadora em função de suas posições de poder (ou seja, sabem que mudanças implicam em transferência de poder); (2) os estratos

---

<sup>8</sup>A “liderança histórica” é denominação que se dá em Cuba para os homens e mulheres que participaram da luta revolucionária como guerrilheiros (as) e posteriormente passaram a ocupar importantes cargos de comando no Estado e no Partido. Fidel e Raul são as figuras mais proeminentes.

médios da burocracia podem adotar uma postura de resistência as mudanças; (3) ou parte dos cidadãos ambiciona manter o status quo. Quanto ao primeiro aspecto o autor destaca que:

*“O mau funcionamento do sistema pode criar uma situação intolerável não apenas para o cidadão comum, sem privilégios, mas também para as próprias lideranças. Seus próprios objetivos prioritários ficam inalcançáveis, entre eles a necessidade de assegurar a aquiescência popular e de satisfazer as crescentes expectativas materiais da população”* (NOVE, 1989, p.272).

Ainda que Nove trate de outra conjuntura e outros países, algumas aproximações e comparações podem jogar alguma luz sobre o contexto cubano.

Nestes termos está claro que o imobilismo pode se tornar uma ameaça à estabilidade política do regime. Boaventura Sousa Santos (2009) salientou que a revolução levou ao limite a tensão possível entre legitimação ideológica e condições materiais de vida. Ou seja, a capacidade de resistência dos cubanos tem convivido ao lado de uma duradoura crise econômica – mais ou menos aguda durante as duas últimas décadas – que impõe sacrifícios cotidianos à maioria da população. Em outras palavras, o sistema econômico tem-se mostrado deficiente e pode levar a uma descrença generalizada da própria ordem política à medida que esta não consiga superar as precárias condições econômicas.

A provação representada pelo “Período Especial” pode ter deixado a lição de que os cubanos não estariam mais dispostos a apoiar um sistema que não consegue projetar um futuro de bem-estar material. E foi ciente disso que Raul Castro colocou, pelo menos no discurso público, que o sistema precisa de “reformas estruturais” e que iria trabalhar neste sentido. A estabilidade política a médio e longo prazo é um objetivo declarado, e assim sendo, é necessário forjar as condições para a reprodução do regime em novos cenários. Principalmente quando se aproxima de um processo de transição geracional na estrutura de poder, com os líderes históricos Fidel e Raul Castro passando os cargos de comando para as novas gerações.

Nove considerou a existência de dois cenários ‘políticos’ diametralmente opostos para a emergência de reformas naqueles regimes:

*“No primeiro, a autoridade política central se convence da necessidade de reforma, impõe-na aos burocratas conservadores de nível médio e o resto da população a aceita: este foi, mais ou menos, o padrão húngaro. A outra versão depende, ao contrário, da fraqueza e da desorganização do centro (de poder) e da pressão efetiva da opinião pública”* (NOVE, 1989, p. 275).

Não obstante as particularidades, Cuba aproxima-se mais ao primeiro caso. Apesar do respaldo de grande parte da população ao processo revolucionário, a direção do país se antecipou a qualquer sinal de descontentamento maior, lançando uma primeira versão das reformas em 2010, com a estabilidade política assegurada depois da sucessão de Fidel Castro. A pressão popular ao governo é uma pressão indireta, na maioria das vezes expressa individualmente nas “instituições de massa” - controladas pelo PCC - e, portanto, não chega a constituir movimentos massivos de contestação à ordem política<sup>9</sup>. Ou seja, a direção do PCC dá sinais de ter um controle relativo da situação, podendo ditar o ritmo das reformas, e pelo menos até agora aponta para uma estratégia gradual.

Ao conclamar a população a debater e apoiar a “atualização do socialismo”, Raul Castro tenta canalizar, ao que parece, uma vontade majoritária na população, desejosa por mudanças, conforme deu a entender o amplo debate de convocação ao VI Congresso do Partido. No entanto, o desejo de mudanças é acompanhado de uma certa tensão, sobretudo quando se afigura uma demissão gradual de funcionários estatais que deverão ser realocados para setores não estatais. Por outro lado, as críticas de Raul ao “burocratismo” e o pedido à “mudança de mentalidade” confirmam que existem obstáculos de certa camada burocrática à implementação das reformas.

Alec Nove também destacou que nos regimes de tipo soviético, e aqui equivale ao regime cubano, as principais lideranças políticas são também as lideranças econômicas. Desta forma podem existir conflitos no interior do estrato dominante, composto principalmente de duas frações que Camila Harnecker (2012) chamou de “estatistas” e “economicistas”, mais propensas respectivamente ao “socialismo de Estado” e ao “socialismo de mercado”, cujas visões estão expressas no programa das reformas. Por outro lado, o autor apontou que se o poder dirigente for ameaçado “de baixo”, ele certamente cerra fileiras e aparece como algo monolítico. Se nos regimes do Leste Europeu isto acontecia em função da pressão popular, a experiência da Revolução Cubana mostra que isto é verdade, sobretudo, frente a pressão externa dos EUA.

A ingerência histórica dos governos norte-americanos constitui uma variável chave para o ritmo das reformas, uma vez que os EUA não cessam sua ambição em ser um ator interno no processo cubano. Entretanto, a partir dos anos 2000 o mapa político da América

---

<sup>9</sup>A oposição (de direita) organizada ao governo é numericamente pequena dentro Cuba e pelo menos até agora tem tido pouca credibilidade junto à opinião pública. Já a oposição mais à esquerda, apesar das críticas, não adota um tom confrontacionista direto ao poder.

Latina mudou, e ainda que os EUA sigam com uma política de hostilidade a Cuba, seu poder imperial já não é incontestável como foi nos anos iniciais pós-guerra fria. Em outras palavras, há uma relativa retração da influência dos EUA na América Latina comandada pela ascensão de um eixo bolivariano solidário a Revolução Cubana. A aproximação de Cuba com os governantes progressistas sul-americanos e a participação em organismos de integração regional como a ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América) e CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) podem inaugurar um cenário internacional para mais propício a um projeto reformista.

## CONCLUSÃO

Ainda que continue sendo um país pobre, Cuba demonstrou que as prioridades humanistas do seu regime permitiram avançar significativamente no combate a problemas sociais elementares, como a eliminação da miséria e acesso universal à saúde e educação. E se comparado à América Latina e Caribe, os seus indicadores sociais são qualitativamente superiores. Apesar destas conquistas, a capacidade do seu sistema produtivo ainda segue muito depreciada e produz algumas situações paradoxais – reconhecidas pelo próprio governo – tais como: as próprias conquistas obtidas não são sustentáveis nas atuais condições de produtividade da economia, e conseqüentemente o Estado está incorrendo em endividamentos crescentes. Ademais, sua população altamente qualificada está subutilizada<sup>10</sup> e o sistema não tem conseguido reverter este conhecimento em aumento do bem-estar material.

Para concluir, a etapa iniciada sob o mote da “atualização do socialismo” está sendo marcada pela busca de outros instrumentais econômicos capazes de enfrentar com êxito as consequências da prolongada crise que se seguiu à derrocada do Bloco Socialista, que acabou por estreitar as bases de apoio do governo. Uma redefinição do ideário socialista está abrindo caminho para um setor reconhecidamente mercantil da economia, que se quer tentar controlar. Além de buscar um incremento da atividade econômica, procura-se manter a legitimidade e a estabilidade do regime político em um período de transição geracional do comando do país. De um ponto de vista mais amplo, porém, está em jogo a própria sobrevivência da Revolução Cubana como um processo político transformador e a sua capacidade de reinventar um

---

<sup>10</sup>Grande parte dos trabalhadores com ensino técnico e superior é obrigada a se deslocar para funções ligadas ao turismo ou ao trabalho autônomo, atuando em atividades de baixa qualificação, mais rentáveis nas atuais condições.

projeto socialista de novo tipo, de acordo com as condições do século XXI e a sua experiência histórica.

## Referências

- ALONSO, Aurélio. *Sair do caos sem cair da lei da selva*. In: Le monde diplomatique Brasil. São Paulo. Edição: Julho, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Cuba: a sociedade após meio de século de mudanças, conquistas e contratempos*. São Paulo: Revista Estudos Avançados (USP) nº 72, 2011.
- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BLACKBURN, Robin (Org). *Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.
- BORÓN, Atílio. *O socialismo no século XXI: Há vida depois do neoliberalismo?* São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- BRITO, Julian. A Revolução Cubana após a derrubada do “campo socialista”: as condições da sobrevivência política. In: *Revista Aurora*, v.6, nº1, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2699/2123>. Acesso em: 30/01/2013.
- CARRANZA, Julio. *La economía cubana: balance breve de una década crítica*. Havana: Revista Temas nº 30, 2002.
- CASTRO, Fidel. *Discurso en la Universidad de la Habana. 17 de Noviembre de 2005*. In: GUANCHE (org). *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.
- CASTRO, Raúl. Discursos de Raúl Castro. In: <http://www.cubadebate.cu/categoria/raul-castro-ruz/>. Acesso em: 15/03/2013.
- DILLA, Haroldo. *La dirección y los límites de los cambios*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad nº 216, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Cuba: ¿Transición o continuidad?* Buenos Aires: Revista Herramienta nº35, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- GUANCHE, Julio Cesar (org). *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.
- HARNECKER, Camila. *Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba*. Havana: Revista Temas nº 70, 2012.
- MESA-LAGO, Carmelo. *Balance Económico-Social de 50 años de Revolución en Cuba (2009)*. Disponível em <<http://www.mesa-lago.com>>, acesso em 16/10/11.
- \_\_\_\_\_. *Cuba: qué cambia tras el VI Congreso del Partido Comunista?* Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad nº 234, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Cuba en la era de Raul Castro. Reformas económico-sociales y sus efectos*. Madrid: Ed: Colibrí, 2012.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- SALAZAR, Luis Suárez. *La “crisis cubana”. Un análisis desde La Habana*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad nº 121, 1992.

SOUSA SANTOS, B. *Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?* Coimbra: Oficina do CES n° 322, 2009.

VALDÉS PAZ, Juan. *El espacio y el límite. Estudios sobre el sistema político cubano.* Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.

VAZQUEZ, Julio Diaz. *Un balance crítico sobre la economía cubana. Notas sobre dirección y gestión.* Havana: Revista Temas n°66, 2011.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. *Informacion sobre el resultado del debate de los lineamientos de la política económica e social del Partido y la Revolucion.* Mayo de 2011. Disponível em: < <http://cubadebate.cu/> >. Acesso em 20/05/2011.